

(Provisório)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ORIGENS, CONCEITOS E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO 45

1. O DIREITO ADMINISTRATIVO	45
1.1. Origem do direito administrativo	45
1.2. Conceito de direito administrativo	47
1.2.1. Critério legalista ou exegetico	47
1.2.2. Critério do Poder Executivo	47
1.2.3. Critério do Serviço Público	47
1.2.4. Critério finalístico ou teleológico	48
1.2.5. Critério das relações jurídicas	48
1.2.6. Critério negativista ou residual	48
1.2.7. Critério da Administração Pública	49
1.3. Administração pública	50
1.3.1. Funções administrativas e funções políticas (ou de governo)	51
1.3.2. Administração Pública em sentido subjetivo	52
1.3.3. Administração Pública em sentido objetivo	53
1.3.4. Administração Pública em sentido operacional	54
2. SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	54
2.1. Contencioso administrativo (sistema francês)	55
2.2. Jurisdição una (sistema inglês)	55
3. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	56
3.1. Fontes escritas e não escritas	56
3.1.1. Leis (juridicidade)	57
3.1.1.1. Tratados internacionais	57
3.1.2. Doutrina	57

3.1.3.	Jurisprudência	57
3.1.3.1.	Jurisprudência oriunda de controle concentrado de constitucionalidade e súmulas vinculantes	58
3.1.4.	Costumes	59
3.1.5.	Precedentes administrativos	60
4.	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR EM DIREITO ADMINISTRATIVO	61
4.1.	Reserva de lei complementar	63
5.	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	64

CAPÍTULO 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 71

1.	COMO ESTUDAR REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	71
2.	REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO	72
2.1.	Regime jurídico de direito privado aplicável à administração pública .	73
2.2.	Conteúdo do regime jurídico administrativo	75
2.2.1.	Interesse público primário e secundário	75
2.2.2.	Supremacia do interesse público	76
2.2.3.	Indisponibilidade do interesse público	80
3.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPRESSOS	83
3.1.	Legalidade	83
3.1.1.	Legalidade estrita, legitimidade e juridicidade	85
3.1.2.	Deslegalização	87
3.2.	Impessoalidade	88
3.3.	Moralidade	91
3.3.1.	Vedação ao nepotismo	92
3.4.	Publicidade	95
3.5.	Eficiência	98
3.5.1.	Princípio da eficiência nos diversos dispositivos constitucionais	98
4.	PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS E/OU INFRACONSTITUCIONAIS	99
4.1.	Razoabilidade e proporcionalidade	100
4.1.1.	Princípio da razoabilidade	100

4.1.2.	Princípio da proporcionalidade	101
4.2.	Princípio da autotutela	102
4.2.1.	Prazo decadencial para o exercício da autotutela	102
4.2.2.	Contraditório e ampla defesa na autotutela	104
4.2.3.	Princípio da sindicabilidade	105
4.3.	Princípio da tutela ou controle	105
4.4.	Princípio da especialidade ou descentralização	105
4.5.	Princípio da continuidade dos serviços públicos	105
4.6.	Princípio da segurança jurídica	107
4.7.	Princípio da confiança e boa-fé	109
4.7.1.	Venire contra factum proprium e confiança legítima	111
4.8.	Princípio da motivação	112
4.8.1.	Motivação contextual e aliunde	113
4.8.2.	Motivo x motivação	113
4.9.	Princípio da realidade	114
4.10.	Princípio da consensualidade e da participação	115

CAPÍTULO 3

PODERES ADMINISTRATIVOS 123

1.	COMO ESTUDAR PODERES ADMINISTRATIVOS	123
2.	INTRODUÇÃO	124
2.1.	Conceito de poderes administrativos	124
2.2.	Poder-dever	124
2.3.	Abuso de poder	125
3.	PODER NORMATIVO	127
3.1.	Conceito e fundamentos	127
3.2.	Poder normativo x poder regulamentar	128
3.3.	Decreto x regulamento	130
3.3.1.	Decreto regulamentar, decreto autorizado e decreto autônomo	131
3.3.2.	Reserva da administração	132
3.4.	Diferença entre regulamentação e regulação	132

3.5. Distinção entre regulamentos jurídicos e regulamentos administrativos	133
4. PODER HIERÁRQUICO	133
4.1. Prerrogativas e deveres decorrentes da hierarquia	134
4.2. Delegação e avocação	136
5. PODER DISCIPLINAR	138
5.1. Conceito	138
5.2. Discricionariedade do poder disciplinar	139
5.3. Dever de motivação	141
6. PODER DE POLÍCIA	141
6.1. Conceito	141
6.1.1. Poder de polícia em sentido amplo e em sentido estrito	143
6.1.2. Polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública	144
6.1.3. Diferenciação entre poder de polícia e poder disciplinar	145
6.2. Competência	145
6.3. Ciclo de polícia	147
6.3.1. Ciclo de polícia e possibilidades de delegação	148
6.4. Atributos do poder de polícia	150
6.4.1. Discricionariedade	150
6.4.2. Coercibilidade	151
6.4.3. Autoexecutoriedade	151
6.5. Prescrição	153

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 159

1. COMO ESTUDAR ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	159
2. NOÇÕES INICIAIS	160
2.1. Centralização, descentralização e desconcentração	161
2.1.1. Centralização	161
2.1.2. Descentralização	161
2.1.3. Desconcentração	165

2.2.	Reforma do estado	166
2.2.1.	Primeiro, segundo e terceiro setor	168
3.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	169
3.1.	Órgãos públicos	170
3.1.1.	Teoria do órgão público	171
3.1.2.	Criação, extinção e organização	172
3.1.3.	Classificação dos órgãos	174
3.1.4.	Capacidade processual	176
3.1.5.	Capacidade contratual (o problema do contrato de desempenho)	177
4.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	178
4.1.	Características gerais	179
4.1.1.	Criação ou autorização por lei	179
4.1.2.	Supervisão ministerial (tutela administrativa)	181
4.2.	Autarquias	183
4.2.1.	Criação e extinção	184
4.2.2.	Regime jurídico aplicável às autarquias	185
4.2.3.	Classificações	186
4.2.4.	Nomeação e exoneração de dirigentes	187
4.2.5.	Autarquias podem sofrer danos morais?	188
4.3.	Autarquias profissionais (conselhos de classe)	188
4.3.1.	Situação específica da OAB	190
5.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS	192
5.1.	Fundações públicas e privadas	192
5.2.	Natureza jurídica das fundações públicas	193
5.3.	Criação e extinção	194
5.4.	Prerrogativas	195
5.5.	Regime de pessoal	196
5.6.	Fiscalização pelo Ministério Público	197
6.	EMPRESAS ESTATAIS	198
6.1.	Conceito e características	198
6.1.1.	Criação e extinção	202

6.1.2.	Criação e extinção de empresas subsidiárias	204
6.1.3.	Regime de pessoal de empregados e dirigentes	204
6.1.4.	Regime jurídico dos advogados das empresas estatais	208
6.2.	Objeto de atuação (prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica)	208
6.2.1.	Exploradoras de atividade econômica	209
6.2.2.	Prestadoras de serviço público	211
6.3.	Atos e contratos	212
6.4.	Falência	214
6.5.	Autarquização de empresas estatais	214
6.6.	Participação do estado como acionista minoritário	215
7.	AGÊNCIAS EXECUTIVAS	218
7.1.	Contrato de gestão da Agência Executiva	218
7.2.	Quais as vantagens de uma agência executiva	220
8.	AGÊNCIAS REGULADORAS	221
8.1.	Atividade de regulação	223
8.1.1.	Poder normativo das agências e deslegalização	223
8.2.	Autonomia administrativa	226
8.2.1	Nomeação, mandato e estabilidade dos dirigentes	226
8.2.2.	Ausência de recurso hierárquico impróprio	228
8.2.3.	Maior autonomia financeira	229
8.3.	Processo decisório das agências reguladoras	229
8.3.1.	Análise de impacto regulatório	230
8.3.2.	Reuniões deliberativas	231
8.3.3.	Consulta e audiência pública	231
8.4.	Prestação de contas e controle social	232
8.5.	Interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência	233
8.6.	Articulação entre agências reguladoras	233
8.7.	Articulação com os órgãos de defesa do consumidor e do meio ambiente	234
8.8.	Interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras estaduais, distritais e municipais	234
8.9.	Termo de ajustamento de conduta e agências reguladoras	235

8.10. Teoria da captura	236
9. CONTRATO DE DESEMPENHO (LEI 13.934/19)	237
9.1. Conceito de contrato de desempenho	238
9.2. Objetivo do contrato de desempenho	239
9.3. Cláusulas obrigatórias	240
9.4. Obrigações das partes	240
9.5. Rescisão do contrato	241

CAPÍTULO 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	255
1. COMO ESTUDAR ATOS ADMINISTRATIVOS	255
2. ATOS ADMINISTRATIVOS	256
2.1. Conceito	256
2.2. Atos administrativos como atos jurídicos	258
2.3. Atos administrativos x atos da administração	259
2.4. Fatos administrativos	260
2.4.1. Silêncio administrativo	260
3. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA	262
3.1. Efeitos dos atos administrativos	264
4. MÉRITO ADMINISTRATIVO	264
4.1. Controle judicial sobre o mérito administrativo	265
5. ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	266
5.1. Competência	267
5.1.1. Características da competência	268
5.1.2. Vício na competência	270
5.2. Finalidade	270
5.2.1. Vício na finalidade	271
5.3. Forma	272
5.3.1. Forma x formalidade	274
5.3.2. Vício na forma	275
5.4. Motivo	275
5.4.1. Motivo x motivação	276

5.4.2.	Teoria dos motivos determinantes	278
5.4.3.	Motivo x móvel	279
5.4.4.	Vício no motivo	279
5.5.	Objeto	280
5.5.1.	Vício no objeto	281
6.	ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO	281
6.1.	Presunção de legitimidade	282
6.2.	Imperatividade	284
6.3.	Autoexecutoriedade	285
6.4.	Tipicidade	287
7.	CLASSIFICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	289
7.1.	Atos simples, complexos e compostos	289
7.1.1.	Ato simples	290
7.1.2.	Ato complexo	290
7.1.3.	Ato composto	292
7.2.	Atos vinculados e discricionários	293
7.3.	Atos gerais e individuais	294
7.4.	Atos constitutivos, declaratórios e enunciativos	295
7.5.	Atos de império, de gestão e de expediente	295
7.6.	Atos válido, nulo, anulável e inexistente	296
8.	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	298
8.1.	Atos normativos	299
8.1.1.	Decreto	300
8.1.2.	Regimento	301
8.1.3.	Resolução e instrução normativa	301
8.2.	Atos ordinatórios	301
8.3.	Atos negociais ou de consentimento	302
8.3.1.	Autorização	303
8.3.2.	Permissão	303
8.3.3.	Licença	304
8.3.4.	Demais atos negociais	305
8.4.	Atos enunciativos	305

8.4.1.	Pareceres	306
8.4.2.	Certidões	306
8.4.3.	Atestados	307
8.4.4.	Apostilamentos	307
8.5.	Punitivos	307
9.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	308
9.1.	Extinção formal ou natural	308
9.2.	Extinção subjetiva	308
9.3.	Extinção objetiva	309
9.4.	Extinção por vontade do particular	309
9.5.	Extinção por ato da administração	309
9.5.1.	Caducidade	309
9.5.2.	Contraposição	310
9.5.3.	Cassação	310
9.5.4.	Anulação	310
9.5.5.	Revogação	312
10.	CONVALIDAÇÃO OU SANATÓRIA	314
10.1.	Defeitos sanáveis	315
10.2.	Modalidades de convalidação	316
10.3.	Convalidação é ato discricionário ou vinculado?	317

CAPÍTULO 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO 327

1.	COMO ESTUDAR RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	327
2.	NOÇÕES GERAIS	327
2.1.	Independência das esferas de responsabilização	327
2.2.	Sujeitos da responsabilidade civil do estado	328
3.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	329
3.1.	Teoria da irresponsabilidade do estado	330
3.2.	Teoria da responsabilidade com culpa (teoria subjetiva civilista)	331
3.3.	Teoria da culpa administrativa (teoria subjetiva administrativista)	331
3.4.	Teoria do risco administrativo (teoria objetiva)	332

3.5. Teoria do risco integral (teoria objetiva extremada)	335
4. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA CF/88	338
4.1. Agentes da responsabilidade civil do estado	339
4.1.1. Pessoas jurídicas responsáveis	339
4.1.2. Agentes do Estado	341
4.1.3. Duplicidade das relações jurídicas – aplicabilidade da teoria da dupla garantia	342
4.2. Responsabilidade objetiva	344
4.2.1. Pressupostos da responsabilidade objetiva	345
4.2.2. Responsabilidade por atos lícitos	346
4.3. Responsabilidade por omissão do estado	348
4.3.1. Pessoas sob custódia do Estado – presidiários, hospitalizados e estudantes – teoria do risco criado	350
4.4. Teorias explicativas do nexo de causalidade	353
4.5. Excludentes de responsabilidade	353
4.5.1. Culpa da vítima (exclusiva ou concorrente)	354
4.5.2. Caso fortuito e força maior	355
4.5.3. Fato exclusivo de terceiros	357
5. AÇÕES JUDICIAIS DE RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO	357
5.1. Ação de reparação do dano	358
5.2. Ação de regresso	358
5.3. Denúnciação da lide	360
5.4. Prazo prescricional	361
5.4.1. Prescrição para as ações de ressarcimento ao erário	364
6. TEMAS ESPECIAIS	365
6.1. Responsabilidade por atos legislativos	365
6.1.1. Leis de efeitos concretos e danos desproporcionais	365
6.1.2. Leis inconstitucionais	366
6.1.3. Omissão legislativa	366
6.2. Responsabilidade por atos jurisdicionais	367
6.2.1. Erro judiciário	367
6.2.2. Prisão além do tempo fixado na sentença	368
6.2.3. Demora na prestação jurisdicional	369

6.3. Responsabilidade dos notários e registradores	369
6.4. Danos causados por obras públicas	370
6.5. Danos ao meio ambiente e omissão estatal	371

CAPÍTULO 7

LICITAÇÕES 377

1. COMO ESTUDAR LICITAÇÕES	377
1.1. Vigência e regime de transição – afinal, que lei está valendo?	378
1.1.1. Período de convivência entre a Lei 14.133/21 e o regime anterior	378
1.1.2. Licitações iniciadas pelo regime da Lei 8.666/93 ou da Lei 10.520/02 e não concluídas no biênio de vigência	379
1.2. Os tipos penais da Lei 8.666/93 foram imediatamente revogados	380
1.3. Prazo especial para municípios de até 20.000 (vinte mil) habitantes cumprirem a nova lei	380
2. CONCEITO E FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL	381
2.1. Dispositivos constitucionais	381
2.1.1. Art. 22, XXVII, CF/88	382
2.1.2. Art. 37, XXI, CF/88	383
2.1.3. Art. 173, § 1º, III, CF/88	384
2.1.4. Art. 175, CF/88	384
3. OBJETIVOS DAS LICITAÇÕES	384
3.1. Função regulatória da licitação	385
3.2. Licitação verde ou sustentável	386
3.3. Novo objetivo acrescentado pela Lei 14.133/21 – evitar sobrepreços, preços inexequíveis e superfaturamento	387
4. ENTES SUJEITOS À LICITAÇÃO	389
5. PRINCÍPIOS	391
5.1. Moralidade e probidade administrativa	393
5.1.1. Pessoas que não podem concorrer na licitação	394
5.2. Vinculação ao edital	395
5.3. Julgamento objetivo	395
5.4. Igualdade e competitividade	396

5.4.1.	Exceção ao princípio da igualdade – empate em igualdade de condições	398
5.4.2.	Exceção ao princípio da igualdade – margem de preferência na Lei 8.666/93	400
5.4.3.	Exceção ao princípio da igualdade – margem de preferência na Lei 14.133/21	401
5.4.4.	Exceção ao princípio da igualdade – contratação restrita a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País	403
5.5.	Procedimento formal	404
5.6.	Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio do planejamento	405
5.7.	Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio da segregação de funções	405
5.9.	Novidade da Lei 14.133/21 – Princípio da celeridade	405
6.	ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS NAS LICITAÇÕES	406
6.1.	Diferença conceitual entre autoridade e agente público	406
6.2.	Requisitos para que o agente público possa atuar no procedimento licitatório	406
6.3.	Agente de contratação	407
6.4.	Comissão de contratação	407
6.5.	Vedações aos agentes públicos que atuam em licitações	408
6.6.	Possibilidade de defesa dos agentes públicos e autoridades pela advocacia pública (importantíssimo para concursos de procuradoria)	409
7.	CRITÉRIOS DE JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS	410
7.1.	Menor preço	411
7.2.	Maior desconto	412
7.3.	Melhor técnica ou conteúdo artístico	413
7.3.1.	Procedimento de melhor técnica na Lei 8.666/93	413
7.3.2.	Procedimento de melhor técnica na Lei 14.133/21	415
7.4.	Melhor técnica e preço	416
7.5.	Maior lance ou oferta	417
7.6.	Maior retorno econômico	417
8.	MODALIDADES DE LICITAÇÃO	418
8.1.	Modalidades previstas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02	418
8.1.1.	Fracionamento do objeto da licitação na Lei 8.666/93	420
8.2.	Modalidades previstas na Lei 14.133/21	421

8.3.	Pregão	422
8.3.1.	Procedimento do pregão	422
8.4.	Concorrência	423
8.4.1.	Procedimento da concorrência	423
8.5.	Concurso	424
8.6.	Leilão	424
8.7.	Diálogo competitivo – novidade da Lei 14.133/21	425
8.7.1.	Hipóteses de cabimento do diálogo competitivo	426
8.7.2.	Rito procedimental do diálogo competitivo	427
9.	PROCEDIMENTOS AUXILIARES	428
9.1.	Credenciamento	429
9.1.1.	Hipóteses de cabimento do credenciamento	429
9.2.	Pré-qualificação	431
9.3.	Procedimento de manifestação de interesse – PMI	432
9.4.	Sistema de registro de preços	433
9.4.1.	Adesão à ata de registro de preços	434
9.5.	Registro cadastral	435
10.	PROCESSO LICITATÓRIO NA LEI 14.133/21	436
10.1.	Fase preparatória	437
10.1.1.	Plano de contratação anual	438
10.1.2.	Estudo técnico preliminar	439
10.1.3.	Termo de referência	440
10.1.4.	Orçamento da contratação	441
10.1.5.	Audiência e consulta públicas	442
10.2.	Divulgação do edital de licitação	442
10.2.1.	Aprovação jurídica	442
10.2.2.	Publicação do edital	443
10.2.3.	Impugnação ao edital	444
10.3.	Apresentação de propostas e lances	444
10.3.1.	Prazos para apresentação das propostas	444
10.3.2.	Modo de disputa	445
10.3.3.	Garantia da proposta	446
10.4.	Julgamento das propostas	447

10.4.1. Negociação com o vencedor	448
10.5. Habilitação	448
10.5.1. Habilitação jurídica	449
10.5.2. Habilitação técnica	449
10.5.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista	450
10.5.4. Habilitação econômico-financeira	451
10.6. Fase recursal	452
10.7. Encerramento da licitação	453
10.7.1. Saneamento de irregularidades	453
10.7.2. Revogação da licitação	454
10.7.3. Anulação da licitação	454
10.7.4. Adjudicação e homologação	454
11. VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE LUXO – NOVIDADE DA LEI 14.133/21	455
12. ALIENAÇÃO DE BENS	455
12.1. Alienação de bens imóveis	456
12.1.1. Dispensa de licitação para alienar bens imóveis	457
12.1.2. Direito de preferência para o ocupante do imóvel	459
12.2. Alienação de bens móveis	459
12.2.1. Dispensa de licitação para alienar bens móveis	459
13. CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE	460
13.1. Inexigibilidade	462
13.1.1. Fornecedor exclusivo	464
13.1.2. Profissional do setor artístico	465
13.1.3. Serviços técnicos especializados	466
13.1.4. Credenciamento	467
13.1.5. Aquisição ou locação de imóveis	468
13.2. Dispensa	469
13.2.1. Incisos I e II – Baixo valor	469
13.2.2. Inciso III – Licitação deserta e fracassada	471
13.2.3. Inciso IV – Dispensa em razão do objeto	472
13.2.4. Incisos VI e VII – Dispensa em razão das circunstâncias	474
13.2.5. Inciso VIII – Casos de emergência ou calamidade	475

13.2.6. Inciso IX – Contratação de órgão ou entidade da Administração	476
13.2.7. Incisos X a XVI – Hipóteses diversas	477
13.2.8. Situações que deixaram de ser hipóteses de dispensa de licitação com a Lei 14.133/21	479

CAPÍTULO 8

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 503

1. COMO ESTUDAR CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	503
2. NOÇÕES GERAIS	504
2.1. Contratos da administração	505
2.2. Conceito de contratos administrativos	506
2.3. Competência legislativa	507
2.4. Características fundamentais	507
2.4.1. Formalismo (moderado)	508
2.4.2. Onerosidade e comutatividade	512
2.4.3. Contrato de adesão	513
2.4.4. Caráter intuitu personae (personalíssimo)	513
2.4.5. Desequilíbrio a favor da Administração	514
2.5. Aspectos importantes da formalização dos contratos na Lei 8.666/93	515
3. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	516
4. CLÁUSULAS EXORBITANTES	518
4.1. Alteração unilateral do contrato	519
4.2. Rescisão unilateral do contrato	522
4.3. Fiscalização	523
4.3.1. Fiscalização do contrato e responsabilidade subsidiária do Estado nos contratos de terceirização	524
4.4. Aplicação de sanções	525
4.4.1. Sanções na Lei 8.666/93	525
4.4.2. Sanções na Lei 14.133/21	526
4.5. Ocupação temporária	527
4.6. Exigência de garantias	528

4.6.1. Seguro-garantia com cláusula de retomada (inovação da Lei 14.133/21)	529
4.7. Restrições à exceção do contrato não cumprido	530
5. ALOCAÇÃO DE RISCOS NA LEI 14.133/21	532
6. EXECUÇÃO DO CONTRATO	532
6.1. Reserva de vagas para pessoas com deficiência e execução dos contratos	534
7. ALTERAÇÃO BILATERAL DO CONTRATO	534
8. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	535
8.1. Formas de manutenção do equilíbrio	536
8.1.1. Reajuste em sentido estrito	537
8.1.2. Repactuação	537
8.1.3. Recomposição ou revisão de preços	538
8.2. Teoria da imprevisão	539
8.2.1. Fato do príncipe	541
8.2.2. Fato da Administração	542
8.2.3. Caso fortuito e força maior	542
8.2.4. Interferências imprevistas	543
9. DURAÇÃO (VIGÊNCIA) DOS CONTRATOS	543
9.1. Duração dos contratos na Lei 8.666/93	543
9.2. Duração dos contratos na Lei 14.133/21	546
9.2.1. Duração de até 5 anos para serviços contínuos	546
9.2.2. Hipóteses em que se pode celebrar contratos de até 10 anos	547
9.2.3. Duração de até 15 anos para contratos envolvendo tecnologia da informação	548
9.2.4. Duração de até 35 anos para contratos que gerem receitas ou contratos de eficiência	548
9.2.5. Contratos com prazo de vigência indeterminado	548
9.2.6. Contratos com escopo predefinido	549
10. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	549
10.1. Anulação	550
10.2. Rescisão na Lei 8.666/93	551

10.2.1. Rescisão unilateral	552
10.2.2. Rescisão amigável	554
10.2.3. Rescisão judicial	554
10.3. Extinção na Lei 14.133/21	554
10.3.1. Extinção por ato unilateral da Administração	555
10.3.2. Extinção consensual e meios alternativos de resolução de disputas	556
10.3.3. Extinção por decisão arbitral ou judicial	557

CAPÍTULO 9

CONSÓRCIOS PÚBLICOS E CONVÊNIOS 563

1. COMO ESTUDAR CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	563
2. CONSÓRCIOS PÚBLICOS	564
2.1. Consórcios públicos x consórcios administrativos	564
2.2. Conceito e natureza jurídica	564
2.2.1. Regime jurídico dos consórcios públicos	567
2.2.2. Privilégios dos consórcios públicos	568
2.3. Entes consorciados	570
2.4. Criação de consórcios públicos	570
2.4.1. Protocolo de intenções	571
2.4.2. Autorização legislativa	573
2.4.3. Celebração do contrato do consórcio e personificação	574
2.4.4. Contrato de rateio	574
2.4.5. Contrato de programa	575
2.5. Retirada, alteração, extinção e exclusão	576
2.5.1. Retirada	576
2.5.2. Alteração ou extinção	577
2.5.3. Exclusão	577
2.6. Responsabilidade dos entes consorciados	578
2.7. Controle pelos tribunais de contas	579
2.8. Consórcios públicos e princípio da intranscendência subjetiva das sanções	580
3. CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	581

3.1. Regras para a celebração de convênios	582
3.2. Distinção entre convênios e outros instrumentos	583
3.2.1. Contratos administrativos x convênios	583
3.2.2. Consórcios públicos x convênios	583
3.2.3. Instrumentos da Lei 13.019/14 x convênios	584
3.3. Convênios e transferências de recursos federais	585

CAPÍTULO 10

SERVIÇOS PÚBLICOS 591

1. COMO ESTUDAR SERVIÇOS PÚBLICOS	591
2. CONCEITO	592
2.1. Escolas de conceituação de serviços públicos	592
3. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	594
3.1. Titularidade dos serviços públicos	596
4. CLASSIFICAÇÕES	596
4.1. Quanto aos destinatários	596
4.2. Quanto à forma de prestação	597
4.3. Quanto ao objeto	598
5. PRINCÍPIOS	598
5.1. Princípio da continuidade na prestação	599
5.1.1. Hipóteses de interrupção dos serviços	599
5.1.2. Interrupção do fornecimento por inadimplência do Poder Público	600
5.2. Princípio da generalidade	600
5.3. Princípio da modicidade das tarifas	601
5.4. Princípio da atualidade	602
5.5. Princípio da mutabilidade	602
6. FORMAS DE PRESTAÇÃO	603
7. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	604
7.1. Autorização legislativa	605
7.2. Poder concedente	606

7.2.1.	Direitos e deveres do poder concedente	607
7.3.	Concessionária	609
7.3.1.	Responsabilidade civil das concessionárias	610
7.4.	Política tarifária	611
7.5.	Usuários dos serviços públicos	613
7.6.	Especificidades do procedimento licitatório nas concessões	615
7.7.	Especificidades do contrato nas concessões	617
7.7.1.	Prazo e prorrogação	617
7.7.2.	Utilização de arbitragem	618
7.7.3.	Subcontratação e subconcessão	618
7.7.4.	Transferência da concessão ou do controle societário	619
7.7.5.	Assunção do controle da concessionária pelos financiadores	620
7.7.6.	Fornecimento de garantia para financiamentos	621
7.8.	Intervenção	621
7.9.	Formas de extinção	623
8.	PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	625
8.1.	Diferenças entre permissão e concessão	625
8.2.	Permissão de uso de bem público x permissão de serviços públicos	627
9.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	627
10.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	628
10.1.	Concessão patrocinada x concessão administrativa	629
10.2.	Restrições e cláusulas específicas	631
10.3.	Especificidades do procedimento licitatório	633
10.4.	Garantias prestadas pelo poder público	634
10.4.1.	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas	635
10.5.	Sociedade de propósitos específicos	635
CAPÍTULO 11		
TERCEIRO SETOR		
1.	COMO ESTUDAR TERCEIRO SETOR	645
2.	INTRODUÇÃO	646
2.1.	Terceiro setor	647

2.2. Publicização dos serviços não exclusivos do estado	648
3. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS	649
4. ENTIDADES DE APOIO	652
5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – OS	653
5.1. Conceito	653
5.2. Qualificação como OS	654
5.3. Áreas de atuação da OS	656
5.4. Contrato de gestão	656
5.5. Perda da qualificação	658
5.6. Incentivos que a OS recebe do poder público	658
5.7. Regime de pessoal	659
5.8. Principais características das OS	660
6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP	661
6.1. Conceito	661
6.2. Qualificação como OSCIP	662
6.3. Perda da qualificação	665
6.4. Termo de parceria	665
6.5. Semelhanças entre OS e OSCIP	666
6.6. Diferenças entre OS e OSCIP	667
7. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC	667
7.1. Quais entidades podem ser OSC	668
7.2. Hipóteses de inaplicabilidade da lei 13.019/14	669
7.3. Instrumentos de parceria	670
7.4. Procedimento de manifestação de interesse social	671
7.5. Chamamento público	672
7.6. Hipóteses de dispensa e inexigibilidade	674
7.7. Vedações	676
7.8. Contratações realizadas pela OSC	677
7.9. Prestação de contas	678
7.10. Sanções à entidade	680

7.11. Suspensão do instrumento ou complementação em virtude da Covid-19 – Lei 14.215/21	681
--	-----

CAPÍTULO 12

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 689

1. COMO ESTUDAR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	689
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	690
2.1. Aplicabilidade da Lei 8.429/92 a fatos pretéritos	690
2.2. Aplicabilidade retroativa das modificações promovidas pela Lei 14.230/21	690
2.3. Direito Administrativo sancionador e aplicação da norma mais benéfica ao réu	691
2.4. Razões teóricas para a reforma: direito administrativo do medo e o “apagão das canetas”	692
2.5. Direito administrativo do medo	692
2.6. Apagão das canetas	693
2.7. Principais alterações na Lei de Improbidade Administrativa e a Legi- timidade exclusiva do Ministério Público	693
2.8. Previsão constitucional	694
2.9. Natureza jurídica	695
2.10. Improbidade administrativa x crimes de responsabilidade	697
3. ELEMENTOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	698
3.1. Sujeito ativo	698
3.1.1. Agentes públicos na lei de improbidade	699
3.1.2. Gestor de recursos públicos	700
3.1.3. Terceiros que comentem atos de improbidade	701
3.1.4. Pessoas jurídicas podem ser sujeitos ativo de improbidade?	702
3.1.5. Foro por prerrogativa em atos de improbidade	703
3.2. Sujeito passivo	704
3.3. Ato danoso de improbidade	705
3.3.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito	706
3.3.2. Atos que importam em dano ao erário	708
3.3.3. Atos que atentam contra os princípios da Administração	711
3.3.4. Condutas que deixaram de ser ato de improbidade	714

3.4. Elemento subjetivo: dolo	714
4. SANÇÕES	715
4.1. Ressarcimento em favor da pessoa jurídica prejudicada	719
4.2. É possível que ocorra cassação de aposentadoria como sanção por improbidade?	719
5. DOSIMETRIA DA PENA	720
5.1. Unificação das sanções impostas em diferentes sentenças	721
6. RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR	722
7. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ESTATUTO DA CIDADE	723
8. DECLARAÇÃO DE BENS	724
9. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL	724
9.1. Representação à autoridade	724
9.2. Informações do procedimento ao MP e ao TC	725
9.3. Possibilidade de abertura de inquérito civil	725
9.4. Medidas cautelares	726
9.4.1. Indisponibilidade de bens	726
9.4.2. Tutelas provisórias do CPC	729
9.4.3. Afastamento do agente público	729
9.5. Aspectos processuais	730
9.5.1. Propositura da ação e contestação	730
9.5.2. Defesa realizada pela advocacia pública	731
9.5.3. Tipificação judicial do ato de improbidade	732
9.5.4. Sentença	733
9.5.5. Acordo de não persecução cível	734
9.5.6. Delação premiada e improbidade administrativa	736
10. PRESCRIÇÃO	736
10.1. Suspensão do prazo prescricional	737
10.2. Interrupção do prazo prescricional e prescrição intercorrente	737
10.3. As causas interruptivas da prescrição se comunicam para os demais réus e para os demais fatos	738
10.4. Irretroatividade das novas normas realtivas ao prazo prescricional ...	739

10.5. Imprescritibilidade da sanção de ressarcimento ao erário decorrente de ato doloso de improbidade	739
--	-----

CAPÍTULO 13

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 749

1. COMO ESTUDAR CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	749
2. INTRODUÇÃO	749
2.1. Conceito	750
3. CLASSIFICAÇÕES	751
3.1. Quanto à posição hierárquica do controlador	751
3.1.1. Controle interno	751
3.1.2. Controle externo	752
3.1.3. Controle social	752
3.2. Quanto ao órgão	753
3.2.1. Controle administrativo	753
3.2.2. Controle legislativo ou parlamentar	754
3.2.3. Controle judicial	754
3.3. Quanto ao momento	754
3.3.1. Controle prévio	754
3.3.2. Controle concomitante	755
3.3.3. Controle posterior	755
3.4. Quanto à natureza	755
3.4.1. Controle de legalidade	756
3.4.2. Controle de mérito	757
4. CONTROLE ADMINISTRATIVO	757
4.1. Autotutela e tutela	757
4.2. Controle interno previsto na constituição	758
4.3. Direito de petição	759
4.3.1. Representação	760
4.3.2. Reclamação	761
4.3.3. Pedido de reconsideração	761
4.3.4. Recurso administrativo	762

5.	CONTROLE LEGISLATIVO	764
5.1.	Controle parlamentar direto	765
5.2.	Controle pelos tribunais de contas	768
5.2.1.	Emitir parecer prévio sobre as contas do Presidente da República	769
5.2.2.	Julgar as contas dos administradores de recursos públicos ..	770
5.2.3.	Apreciar a legalidade da admissão de pessoal e as concessões de aposentadoria, reformas e pensões	771
5.2.4.	Assinar prazo para cumprimento da lei e sustar ato administrativo	773
6.	CONTROLE JUDICIAL	774
6.1.	Amplitude do controle nos atos discricionários	775
6.2.	Formas especiais de controle jurisdicional sobre a Administração	777
6.3.	Mandado de Segurança	777
6.3.1.	Cabimento, objeto e prazo	777
6.3.2.	Classificações	780
6.3.3.	Legitimidade ativa e passiva	780
6.3.4.	Competência e honorários	783
6.3.5.	Coisa Julgada, litispendência, desistência e liminares	784
6.3.6.	Pedido de suspensão de segurança	784
6.4.	Mandado de Injunção	785
6.5.	<i>Habeas Data</i>	788
6.6.	Ação Popular	791

CAPÍTULO 14

PROCESSO ADMINISTRATIVO 803

1.	COMO ESTUDAR PROCESSO ADMINISTRATIVO	803
2.	INTRODUÇÃO	803
2.1.	Jurisdição una e coisa julgada administrativa	805
2.2.	Abrangência de aplicação da lei federal 9.784/99	805
2.3.	Finalidades do processo administrativo	806
3.	PRINCÍPIOS	807
3.1.	Princípio da oficialidade	808

3.2.	Princípio do informalismo	809
3.3.	Princípio da instrumentalidade de formas	809
3.4.	Princípio da verdade real (material)	810
3.5.	Princípio da gratuidade	810
4.	DIREITOS E DEVERES DOS ADMINISTRADOS	811
5.	TRÂMITE DO PROCESSO	813
5.1.	Instauração	813
5.1.1.	Interessados (legitimados)	814
5.1.2.	Competência	815
5.1.3.	Impedimento e suspeição	815
5.2.	Instrução	816
5.2.1.	Consulta pública	817
5.2.2.	Audiência pública	819
5.2.3.	Intimação para provas e diligências	819
5.2.4.	Parecer	820
5.2.5.	Encerramento da fase de instrução	820
5.2.6.	Providências acauteladoras	820
5.3.	Decisão	821
6.	ATOS PROCESSUAIS	821
6.1.	Comunicação dos atos processuais	823
6.2.	Prazos processuais	824
7.	EXTINÇÃO DO PROCESSO	825
8.	RECURSOS ADMINISTRATIVOS	826
9.	DECISÃO COORDENADA	829
CAPÍTULO 15		
AGENTES PÚBLICOS		
835		
1.	COMO ESTUDAR AGENTES PÚBLICOS	835
2.	CONCEITO	836
3.	ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS	837
3.1.	Classificação de Celso Antônio Bandeira de Mello	837

3.1.1.	Agentes políticos	837
3.1.2.	Servidores estatais	838
3.1.3.	Particulares em colaboração com o Poder Público	839
3.2.	Classificação de Hely Lopes Meirelles	840
3.2.1.	Agentes políticos	840
3.2.2.	Agentes administrativos	840
3.2.3.	Agentes honoríficos	841
3.2.4.	Agentes delegados	841
3.2.5.	Agentes credenciados	842
3.3.	Agentes públicos de fato	842
4.	CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS	843
4.1.	Cargo público	843
4.1.1.	Cargo público efetivo x cargo público em comissão	843
4.1.2.	Classe, carreira e quadro	845
4.2.	Emprego público	847
4.3.	Função pública	848
4.3.1.	Cargo em comissão x função de confiança	849
5.	REGIME JURÍDICO ÚNICO	849
5.1.	Inexistência de direito adquirido a regime jurídico	850
6.	ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS	851
6.1.	Compatibilidade de horários	853
6.2.	Obediência ao teto remuneratório	854
6.3.	Hipóteses constitucionais de acumulação	855
6.3.1.	Os casos previstos no art. 37, XVI	855
6.3.2.	Acumulação para militares (EC 101/19)	856
6.3.3.	Outras hipóteses de acumulação previstas na CF/88	858
6.3.4.	Acumulação de aposentadorias e pensões	859
7.	DIREITO DE GREVE DOS AGENTES PÚBLICOS	860
8.	CONCURSO PÚBLICO	863
8.1.	Revisão das questões pelo poder judiciário	865
8.2.	Fraude no concurso e direito a indenização	866
8.3.	Prazo de validade do concurso	867

8.3.1.	Abertura de novo concurso no prazo de validade do anterior	867
8.4.	Casos em que não se exige concurso	868
8.5.	Direito subjetivo à nomeação	869
8.5.1.	Situações excepcionais e ausência de nomeação	871
8.5.2.	Nomeação tardia e direito a indenização	871
8.6.	(In)validade dos requisitos discriminatórios (idade, sexo, altura etc.)	872
8.6.1.	Limitação de idade ou altura	872
8.6.2.	Restrição a candidatos com tatuagem	873
8.6.3.	Teste de aptidão física	873
8.6.4.	Testes psicotécnico	874
8.6.5.	Investigação social	875
8.6.6.	Preferência para candidato que já é servidor público do Ente Federativo	877
8.7.	Alteração de datas e horários de testes por motivos religiosos	877
8.8.	Reserva de vagas para portadores de deficiências	878
9.	CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	880
9.1.	Contrato temporário declarado nulo e pagamento de FGTS	882
10.	ESTABILIDADE	882
10.1.	Efetividade x estabilidade	883
10.2.	Prazo para aquisição (estágio probatório)	883
10.2.1.	Avaliação pessoal de desempenho	885
10.2.2.	Estabilização extraordinária (art. 19 da ADCT)	886
10.3.	Demissão e exoneração do servidor estável	888
10.4.	Estabilidade x vitaliciedade	890
11.	ANÁLISE DO ESTATUTO FEDERAL (LEI 8.112/90)	891
11.1.	Provimento	891
11.1.1.	Nomeação	894
11.1.2.	Promoção	895
11.1.3.	Readaptação	895
11.1.4.	Reversão	896
11.1.5.	Aproveitamento	897
11.1.6.	Reintegração	898

11.1.7. Recondução	899
11.2. Posse e efetivo exercício	900
11.3. Vacância	902
11.3.1. Exoneração e demissão	902
11.4. Remoção	905
11.5. Redistribuição	907
11.6. Vencimento e remuneração	908
11.6.1. Nomenclaturas mais comuns	909
11.6.2. Teto remuneratório	911
11.6.3. Descontos na remuneração	915
11.6.4. Restituição de valores pagos indevidamente	916
11.6.5. Pagamento retroativo em caso de mudança de orientação jurídica	917
11.6.6. Pagamento de subsídio mensal e vitalício para ex-governadores e outras ex-autoridades	918
11.7. Vantagens	919
11.7.1. Indenizações	919
11.7.2. Gratificações e adicionais	921
11.8. Licenças	925
11.8.1. Por motivo de doença em pessoa da família	926
11.8.2. Por motivo de afastamento do cônjuge	926
11.8.3. Licença para o serviço militar	927
11.8.4. Licença para atividade política	927
11.8.5. Licença para capacitação	928
11.8.6. Licença para tratar de interesses particulares	928
11.8.7. Licença para desempenho de mandato classista	928
12. ABONO DE PERMANÊNCIA	929
13. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	930
12.1. Conceito e fundamentos	931
12.2. Objeto	934
12.3. Competência	935
12.3.1. Comissão do PAD	935
12.4. Procedimento	937

12.4.1. Instauração	938
12.4.2. Instrução	940
12.4.3. Defesa	941
12.4.4. Relatório	942
12.4.5. Decisão	943
12.4.6. Medidas Cautelares no PAD	944
12.5. Controle no PAD	944
12.5.1. Recursos Administrativos	944
12.5.2. Controle Jurisdicional	947
12.6. Meios sumários de apuração de infrações	947
12.6.1. Sindicância	948
12.6.2. Verdade Sabida e Termo de Declaração	949
12.6.3. Inquérito Administrativo	949
12.7. Prescrição	949
12.8. Interface entre PAD, responsabilidade penal e improbidade administrativa	950

CAPÍTULO 16

BENS PÚBLICOS 961

1. COMO ESTUDAR BENS PÚBLICOS	961
2. CONCEITO DE BENS PÚBLICOS	962
2.1. Bens privados com características de bens públicos	963
2.2. Diferença entre domínio patrimonial e domínio eminente	965
3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	966
3.1. Quanto à titularidade	966
3.1.1. Bens federais	966
3.1.2. Bens estaduais	968
3.1.3. Bens municipais	968
3.2. Quanto à destinação	969
3.3. Quanto à disponibilidade	971
4. AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO	973
5. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS	975

5.1.	Inalienabilidade relativa	975
5.2.	Impenhorabilidade	976
5.3.	Não-onerabilidade	977
5.4.	Imprescritibilidade	978
5.4.1.	Utilização de ações possessórias em terras públicas	979
5.4.2.	Possibilidade de usucapião da enfiteuse	980
6.	AQUISIÇÃO DE BENS PÚBLICOS	981
6.1.	Contratos	981
6.2.	Usucapião	981
6.3.	Desapropriação	982
6.4.	Acessão	982
6.5.	Aquisição <i>causa mortis</i>	983
6.6.	Resgate na enfiteuse	983
6.7.	Aquisições por força de lei	983
7.	USO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES	984
7.1.	Autorização de uso	985
7.2.	Permissão de uso	986
7.3.	Concessão de uso	986
7.4.	Concessão de direito real de uso	988
7.5.	Concessão de uso especial para fins de moradia	989
7.6.	Cessão de uso	990
8.	PRINCIPAIS ESPÉCIES DE BENS PÚBLICOS	990
8.1.	Terras devolutas	990
8.2.	Terrenos de marinha e seus acréscidos	991
8.3.	Terrenos das margens dos rios	992
8.4.	Terras ocupadas pelos índios	992
8.5.	Ilhas	993
8.6.	Plataforma continental e mar territorial	994
8.7.	Faixa de fronteiras	995
8.8.	Petróleo, demais recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	995

CAPÍTULO 17

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	1003
--	------

1.	COMO ESTUDAR INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	1003
2.	DIREITO DE PROPRIEDADE	1004
3.	FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	1006
3.1.	Poder de polícia	1006
3.2.	Domínio eminente	1007
3.3.	Demais fundamentos constitucionais	1007
4.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	1009
5.	ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE	1011
6.	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	1012
6.1.	Previsão legal	1014
6.2.	Constituição e extinção da servidão administrativa	1014
6.3.	Direito a indenização	1016
7.	REQUISICÃO ADMINISTRATIVA	1017
8.	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1018
9.	LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	1020
9.1.	Direito a indenização	1021
10.	TOMBAMENTO	1022
11.	ESPÉCIES DE TOMBAMENTO	1024
11.1.	Bens sujeitos ao tombamento	1025
11.2.	Efeitos do tombamento	1027
11.3.	Direito a indenização	1030
11.4.	Procedimento	1031
11.5.	Extinção	1032
12.	DESAPROPRIAÇÃO	1033
12.1.	Conceito	1033
12.2.	Objeto da desapropriação	1033
12.2.1.	Desapropriação de bens públicos	1034
12.2.2.	Desapropriação de ações de empresas autorizadas pelo Governo Federal	1034
12.2.3.	Desapropriação do espaço aéreo e do subsolo	1035

12.2.4.	Bens insuscetíveis de desapropriação	1036
12.3.	Pressupostos da desapropriação	1036
12.3.1.	Desapropriação comum	1038
12.3.2.	Desapropriação especial urbana	1040
12.3.3.	Desapropriação especial rural	1042
12.3.4.	Desapropriação confisco	1044
12.4.	Procedimento da desapropriação	1047
12.4.1.	Competência para desapropriar	1047
12.4.2.	Fases do procedimento	1048
12.4.3.	Fase declaratória	1049
12.4.4.	Fase executória	1051
12.4.5.	Mediação e arbitragem na desapropriação	1052
13.	AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	1053
13.1.	Imissão provisória na posse	1055
13.2.	Sentença	1059
13.3.	Correção monetária	1059
13.4.	Juros compensatórios	1060
13.5.	Juros moratórios	1062
13.5.1.	Cumulação de juros	1063
13.6.	Honorários advocatícios	1064
13.7.	Desapropriação indireta	1065
13.8.	Prazo prescricional	1067
13.9.	Legitimidade na desapropriação indireta	1068
13.10.	
Cabimento de Ação Civil Pública para rediscutir a desapropriação .		1069
14.	SITUAÇÕES ESPECÍFICAS NA DESAPROPRIAÇÃO	1069
14.1.	Direito de extensão	1070
14.2.	Tredestinação e retrocessão	1071
14.3.	Desapropriação por zona	1072
	BIBLIOGRAFIA	1085